

ACÇÃO URGENTE

REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO DETIDOS ARBITRARIAMENTE

Quinze refugiados e solicitantes de refúgio (14 homens e uma mulher) da República Democrática do Congo (RDC) e um refugiado da Etiópia estão actualmente detidos na terceira esquadra da cidade de Pemba, na província de Cabo Delgado, em Moçambique. Encontram-se detidos desde 17 de Janeiro e não estão a receber os cuidados de saúde necessários nem alimentação adequada.

PARTICIPE NESTA ACÇÃO: ENVIE UM APELO ESCRITO, PELAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS OU UTILIZANDO ESTE MODELO DE CARTA

**Ministro do Interior
Jaime Basílio Monteiro**

Endereço: Av. Olof Palme 46/48,
Maputo, Moçambique

E-mail: departamentocomunicacao2016@gmail.com
ou adimoamb@yahoo.com.br

Exmo. Senhor Ministro,

Escrevo a V. Ex.^a sobre o caso de 16 pessoas (11 refugiados e cinco solicitantes de refúgio, incluindo uma mulher) que se encontram presentemente detidas na terceira esquadra da polícia, na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado. Segundo os 16 refugiados e solicitantes de refúgio, estes não têm recebido alimentação adequada ou os cuidados de saúde necessários. A certa altura, estiveram 25 dias consecutivos sem receber quaisquer alimentos. As condições da prisão, nomeadamente do saneamento, deterioraram-se também depois de a cidade de Pemba ter sido atingida pelo ciclone Kenneth, em Abril de 2019.

Os 16 foram arbitrariamente presos pela polícia e funcionários da imigração no campo de refugiados de Maratane, na província de Nampula, no norte de Moçambique, a 17 de Janeiro. Segundo testemunhos dos refugiados, foram algemados, espancados e presos sem um mandado. Não foram informados sobre as razões da sua prisão e detenção. No dia 19 de Janeiro, foram transferidos da cidade de Nampula para a terceira esquadra da polícia em Pemba, província de Cabo Delgado.

No dia 23 de Janeiro, o governo de Moçambique deportou sete homens do grupo para o seu país de origem, a RDC. Um funcionário da imigração moçambicano forçou-os a embarcar num voo para Kinshasa, RDC, sem que ninguém os notificasse sobre a ordem de deportação nem lhes permitisse contestar a sua deportação. Foi-lhes proibida a entrada no aeroporto de Kinshasa, pois os funcionários da imigração reivindicaram que os documentos de viagem de emergência emitidos nos seus nomes pela Direcção Provincial de Migração de Cabo Delgado não provavam a sua cidadania da RDC. Os homens não foram autorizados a manter na sua posse estes documentos de viagem durante o processo da deportação. Ficaram retidos por três dias no Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta, em Nairóbi, no Quênia, a aguardar o embarque num voo de regresso a Moçambique. Foram enviados de volta para a cidade de Pemba, no dia 26 de Janeiro, e conduzidos para a terceira esquadra, onde se encontram actualmente detidos.

No dia 12 de Março, advogados apresentaram um pedido de liberdade provisória em nome dos 16 refugiados e solicitantes de refúgio e aguarda-se ainda a decisão do Tribunal Provincial de Pemba relativamente a este pedido.

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Apelo a V. Ex.^a para que:

- *Assegure a libertação imediata dos 16 refugiados e solicitantes de refúgio e lhes permita regressar ao campo de refugiados de Maratane, na província de Nampula, e em circunstância alguma os deportar para os seus países de origem ou para qualquer outro país no qual fiquem em risco de graves violações de direitos humanos, de acordo com as obrigações internacionais de Moçambique no domínio dos direitos humanos;*
- *Assegure que, enquanto aguardam a sua libertação, as condições de detenção dos 16 refugiados e solicitantes de refúgio respeitem as normas internacionais, nomeadamente no que respeita ao acesso à alimentação, água e cuidados de saúde adequados.*

Atentamente,

INFORMAÇÃO ADICIONAL

No dia 5 de Outubro de 2015, uma mulher da República Democrática do Congo (RDC) e o seu bebé morreram durante o trabalho de parto no centro de saúde do campo de refugiados de Maratane. No mesmo dia, vários refugiados iniciaram uma manifestação contra a morte da mãe e do seu bebé, assim como a fraca assistência médica que alegadamente tinham no campo. Em consequência da manifestação, o centro de saúde ficou danificado e algumas pessoas assaltaram a divisão na qual eram armazenados os alimentos e roubaram comida e outros materiais.

No dia 9 de Outubro de 2015, o administrador do campo de refugiados de Maratane apresentou queixa à Polícia da República de Moçambique (PRM) de Nampula e entregou aos agentes uma lista com 24 nomes dos alegados responsáveis pelo vandalismo às instalações do centro, incluindo todos os 16 refugiados e requerentes de asilo actualmente detidos na cidade de Pemba. O Ministério Público acusou-os dos crimes de roubo e danos a um edifício do Estado. No dia 29 de Maio de 2017, o Tribunal Provincial de Cabo Delgado declarou todos os acusados inocentes.

Todas as pessoas – incluindo migrantes em situação regular ou irregular, refugiados e solicitantes de refúgio – têm os direitos de liberdade de expressão, reunião pacífica, processo judicial justo e garantias judiciais, condições de detenção adequadas, nomeadamente o acesso à alimentação, água e cuidados de saúde adequados e a não serem sujeitas a detenção arbitrária, maus-tratos, expulsão colectiva ou repulsão. Todos os Estados estão proibidos de transferir qualquer pessoa para um local onde possa estar em risco real de violações de direitos humanos graves.

Em Abril de 2019, o ciclone Kenneth provocou deslizamentos de terras na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. O ciclone destruiu casas e danificou infra-estruturas vitais, tais como escolas, hospitais, estradas, instalações de saneamento e redes de comunicações. A terceira esquadra da polícia, na qual se encontram detidos os 16 refugiados e solicitantes de refúgio, ficou inundada devido ao ciclone e em mau estado.

LÍNGUA PREFERIDA PARA OS DESTINATÁRIOS: Português - Inglês

Pode também escrever na sua própria língua.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ATÉ: 25 DE JULHO DE 2019

Por favor verifique junto do escritório da secção da Amnistia Internacional do seu país caso deseje enviar os apelos após a data acima indicada.

NOME E PRONOME A UTILIZAR: 14 homens da República Democrática do Congo (eles), uma mulher da República Democrática do Congo (ela) e um homem da Etiópia (ele).

LINK PARA A ACÇÃO URGENTE ANTERIOR: [Não aplicável]